

# Asemana



SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2008 • ANO XVII • Nº 846 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

## DESPEDIDOS DA EMPA EXIGEM 650 MIL CONTOS DE COMPLEMENTO DE INDEMNIZAÇÃO

Durante a festa de São Filipe, prestamos os melhores serviços. Pratos especiais no restaurante Vila-Baixa e quartos confortáveis na Pousada Almada Inn.



Pág. 4



SIDÓNIO MONTEIRO

“O código laboral é das leis mais consensuais feitas em Cabo Verde”

Pág. 10 a 14

### SOCIAL

Guardas Prisionais querem patente e subsídio de risco

Pág. 4

### CULTURA

Festa Nhô S. Filipe e Gamboa prometem rabenta bolha

Kriolidadi

### DESPORTO

Rosariense pede suspensão do árbitro José António Gomes

Lance

SEGURO AUTOMÓVEL + ACIDENTES PESSOAIS OCUPANTES

Para que se concentre apenas na sua condução!

Através destas duas modalidades de seguros, a GARANTIA oferece-lhe *mais segurança* para si, para o seu automóvel e para aqueles que viajam consigo.

**GARANTIA**  
Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

*mais perto de si*

## Ribeira Grande de Santo Antão:

O Ministério das Finanças prepara-se para intentar uma acção contra a Câmara da Ribeira Grande, em Santo Antão, acusando-a de se apoderar e vender terrenos que o Estado que comprou à família Pereira Serra em 1988. A direcção do Património do Estado deve antes pedir ao Tribunal que mande suspender não só a venda dos terrenos próximos da casa oficial do presidente da Câmara, como todas as licenças de construção dos lotes já negociados pela autarquia. Apesar dessa determinação do MF, o autarca Orlando Delgado diz preferir comentar o assunto em outra altura.



# Câmara acusada de vender património do Estado

O mais grave nesse processo, conta um responsável do Ministério das Finanças, é que ali não está em causa o legítimo proprietário dos terrenos. *“Existem documentos que comprovam, de forma muito clara, que o Estado de Cabo Verde comprou-os aos herdeiros da família Pereira Serra; estão registados em nome do Estado, e mesmo assim, a Câmara loteou-os e vendeu-os”*. Uma atitude que, segundo a fonte, demonstra que os responsáveis camarários, *“além de ultrajarem os registos prediais, enganaram os compradores”*.

Os documentos de que fala o responsável do Ministério das Finanças dão conta que o Estado comprou, por escritura pública de 7 de Julho de 1988, aos herdeiros da família Pereira Serra os prédios urbano e rústico inscritos na matriz com os números 435 e 436 na Conservatória da Ponta do Sol. Esses prédios foram registados, em Setembro de 1988, em nome da então Fazenda Nacional, sob o número 49. Na verdade, trata-se da casa onde Jorge Santos morou enquanto foi autarca na Ribeira Grande e da propriedade rústica que circunda com vários hectares de terreno urbanizável.

A referida herança dos Pereira Serra passou para o domínio do Estado, mas o governo central não entregou os documentos da propriedade e da casa ao representante local da Fazenda, como deveria acontecer. *“Nessa altura os prédios foram entregues ao Secretariado Administrativo. Depois das eleições autárquicas de 1991, a Câmara Municipal tomou posse dos mesmos e o presidente da Câmara eleito passou a residir na casa”*, reporta um jurista contratado pelo MF para investigar o processo.

De concreto, sabe-se que a Câmara continua com a chave

do imóvel, mas nem o actual chefe da repartição local de Finanças nem o seu antecessor encontraram qualquer auto ou processo de transferência da propriedade para o referido município.

Quanto à parte rústica, os dados levantados pelo Ministério das Finanças mostram que a Câmara já distribuiu vários lotes para a construção de residências particulares no local, ou seja, o terreno já está quase todo vendido ou cedido. Sendo assim, a equipa do Património do Estado considera que a Câmara agiu *“em evidente ilegalidade, talvez atribuindo aos lotes de terreno vendidos um certo número matricial que não o original, pois de outra forma seria impossível fazer o negócio”*.

O jurista contactado pelo Ministério das Finanças desconfia, aliás, que a transacção da referida propriedade tenha seguido o mesmo processo *“ilegal”* em que as conservatórias permitiam o registo de lotes de terreno vendidos pelas câmaras municipais, sem clarificar o registo de posse. É que nessa altura os conversadores seguiam um despacho da Direcção-Geral de Registos e Notariado, emitido em 1997, que visava facilitar o registo definitivo dos lotes por parte de quem comprava o terreno às autarquias. Um despacho que o primeiro-ministro José Maria Neves já classificou de *“autêntico crime contra o património público”*.

No caso da Ponta do Sol, o autarca Orlando Delgado, que se recandidata ao cargo de presidente da Câmara da Ribeira Grande, confirmou ao **Asemana** que os lotes estão em parte já vendidos. *“O processo segue os passos normais e se põe a questão de propriedade dos terrenos é um assunto que podemos aprofundar depois da campanha eleitoral; por*

*ora, prefiro debater ideias políticas e não esse tipo de tema”*, expressou o candidato do MpD em tom jocoso quando contactado pelo repórter.

Mas a equipa do Ministério das Finanças considera que esse processo deve andar o mais depressa possível, pois entende que, se não forem tomadas medidas urgentes, o Estado *“será colocado perante um facto consumado quando as casas estiverem concluídas e os compradores dos respectivos terrenos os quiserem registar”*.

Por esse motivo, o jurista acima referido aconselhou os responsáveis do Património do Estado a notificarem, de imediato, o presidente da Câmara para não só suspender as concessões de terreno como interromper quaisquer obras no local.

O mesmo assessor recomendou ainda o Património do Estado a alertar *“as pessoas para as consequências de continuarem a construir em terreno do Estado”*. *“Por precaução, o Estado, através da representação do Ministério das Finanças, deveria colocar no local algum dístico com algo do tipo: avisa-se a todas as pessoas, a quem tenha sido cedido terreno nesta zona, que a propriedade da antiga casa dos Pereira Serra e o respectivo terreno é do Estado, que os comprou aos donos, pelo que, em seu próprio interesse, devem suspender as obras até regularizarem a sua situação”*.

Uma atitude preventiva que vai juntar-se a processos administrativos mais complexos para esclarecer o assunto o quanto antes. Mesmo porque a Ministra das Finanças, Cristina Duarte, já havia acentuado em Santo Antão que os terrenos constituem um activo do Estado pelo que a transição de propriedade deve ser gerida com muita cautela.

## CI embarga obra na ZDTI de S. Pedro

O governo, através da Cabo Verde Investimentos (CI), mandou embargar a obra de um particular, que foi licenciada pela Câmara de S. Vicente, mas está dentro da Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado de S. Pedro. O visado, Orlando Spencer Soares, desafia a ordem dizendo que está legal e possui a licença da Câmara para construir.

A gestão de solos no Mindelo continua a gerar controvérsia. Depois dos casos de venda a privados de terrenos do Clube Golf e da compra da antiga Oficina de Obras Públicas, o Tribunal da comarca de S. Vicente tem em seu poder mais uma acção de embargo para decidir. Desta vez, o visado é Orlando Spencer Soares que, segundo o governo central, está a construir dentro da Zona do Desenvolvimento Turístico Integrado de S. Pedro.

Em causa está, segundo técnicos da CI, uma área entre 400 e 500 m<sup>2</sup>, frente à estrada principal que dá acesso ao empreendimento Foya Branca. O lote destinado a construções foi, de acordo com a mesma fonte, comprado a outro particular e a Câmara Municipal licenciou a obra.

*“O dono foi advertido de que a Câmara Municipal não podia autorizar as construções dentro da ZDTI. Mas mesmo assim arrancou com os trabalhos de fundações e a Cabo Verde Investimentos viu-se obrigada a pedir o embargo da obra através de uma acção cautelar”*, avança fonte deste jornal, para quem Spencer Soares continua com os trabalhos, apesar das duas partes terem sido já ouvidas em processo e tudo estar agora a depender da decisão judicial.

Leitura bem diferente tem o proprietário

do lote em apreço, que diz estar a agir de forma legal. *“Tudo está legal, tenho licença da Câmara e demais documentos para construir. A CI pode agir da forma que entender. O assunto está entregue ao meu advogado, que tem todo o dossier com ele. Se estou ilegal, então as instituições têm que intervir junto de inúmeros outros cidadãos de S. Vicente que estão a construir como eu”*, desafia Orlando Spencer.

A actual ZDTI de S. Pedro estende-se por uma área de 68 hectares, aproximadamente. Além do Foya Branca, agora numa fase de grande expansão, a mesma integra dois outros grandes projectos turísticos, que podem, no futuro, trazer alguma mais-valia para a ilha de S. Vicente.

Um deles é o S. Pedro Village, cujas obras arrancaram há dois anos. Este contempla

200 casas, 95 vivendas e 75 apartamentos. Isto sem contar com as infra-estruturas recreativas e desportivas que integra este complexo turístico.

O outro projecto é a Baía de S. Pedro, cujo processo arrancou recentemente. Terá um hotel de 250 quartos, 130 vivendas com piscinas, 900 apartamentos e infra-estruturas recreativas e complementares como um anfiteatro, campos de golfe e para prática de outras modalidades.

Esses investimentos contam com a participação de nacionais e estrangeiros. Bélgica, Portugal, Alemanha e Inglaterra são, entre outros, os mercados-alvo de tais projectos, que propõem não só hospedagem nos hotéis, como o arrendamento e a venda de apartamentos e vivendas.

Alirio Dias de Pina



# SUPERCOMPRA

Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo



Rua Angola nº 23 - S. Vicente  
 Telef. 232 31 57 - Fax. 232 31 54  
 Móvel. 997 98 53

Os guardas prisionais querem retomar as negociações que vinham mantendo com o Ministério da Justiça e que foram suspensas em finais do ano transacto depois do incidente em São Martinho, Santiago, que culminou com o assassinato do comissário de bordo Caló, dentro daquele estabelecimento prisional. Eduardo Fortes, do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, garante que são muitas as preocupações dos guardas, que continuam sem resposta do Ministério da Justiça.



Conversações foram suspensas devido ao caso Caló

## Guardas prisionais querem retomar negociações com o MJ

Eduardo Fortes explica que as negociações com o Ministério da Justiça sobre os guardas dos diversos estabelecimentos prisionais do país estão pendentes desde Dezembro de 2007. Nessa altura, diz este sindicalista, o MJ pediu um tempo para apurar os valores das horas extras da classe. Entretanto, nesse meio tempo, o comissário de bordo da TACV Caló foi assassinado dentro de São Martinho e as negociações foram suspensas. “Estamos preocupados porque, desde então, o MJ não disse mais nada. E, quando contactamos a tutela, ela limita-se a dizer que o processo está a andar. Queremos retomar as negociações imediatamente pois os guardas prisionais começam a inquietar-se. Não queremos acreditar que eles sejam os parentes pobres do Ministério da Justiça”, diz a sindicalista.

Mas as reclamações dos guardas prisionais não ficam por aqui. Eduardo Fortes indica, por

exemplo, que a classe foi proibida de utilizar os transportes públicos quando em serviço, ao contrário dos restantes funcionários do MJ. Uma medida que para o sindicalista, discrimina esses agentes da justiça. “Os guardas prisionais não têm subsídio de turno ou de risco. E estamos a falar de uma classe que trabalha 60 horas semanais. Houve uma promessa de que, com a entrada do novo contingente de guardas prisionais, a carga horária seria reduzida. Esse novo contingente começou a trabalhar em Janeiro passado e até agora nada, quando numa semana normal na função pública, um trabalhador faz no máximo 40 horas de trabalho”.

Fortes defende também um subsídio de risco para os GP, que têm um trabalho de alto risco. Aliás, exactamente por causa disso, prossegue, o Sintap entregou ao MJ uma proposta de equiparação dos GP à Polícia Nacional que até agora não teve nenhum retorno. “Temos

ainda um grupo de GP que conclui a sua formação há três anos e nunca foi nomeado. Temos a problemática da progressão e do congelamento das carreiras. As ajudas de custos dos GP não são pagas na totalidade quando estes são deslocados entre as ilhas”, enumera este sindicalista.

O DG dos Serviços Penitenciários, Fidel Monteiro, no entanto, informou este jornal que as negociações não foram interrompidas, antes pelo contrário, elas correm a muito bom ritmo e no sentido de consensualizar as reivindicações apresentadas pelos diferentes sindicatos, dar-lhes uma forma única numa proposta que deve ser discutida também com os guardas prisionais. Para isso, inclusive, já foi constituída uma comissão, que está a trabalhar junto com alguns sindicatos para resolver as reivindicações dos guardas prisionais. “Quanto ao transporte dos GP, o assunto está praticamente desbloqueado.

Negociámos com a Transcor São Vicente e já há um entendimento. Na Praia, esta questão já foi ultrapassada. A questão dos subsídios de risco e de turno está a ser articulada com os sindicatos. Mas estamos abertos a resolver outras reivindicações dos guardas das cadeias”, afirmou.

Segundo Fidel Monteiro, ao assumir esta DG em Fevereiro último, encontrou a comissão instalada e a funcionar e os seus membros estão a avançar rapidamente para encontrar respostas para esta classe. Em jeito de exemplo, este responsável indica que estão a trabalhar para rever o Estatuto dos Guardas Prisionais e para equiparar esta classe à PN. “Também estamos a estudar qual será o próximo fardamento dos guardas prisionais porque vão trocar de uniforme. Estamos também a analisar a questão das patentes, que nos vai permitir conferir mais dignidade aos GP”, conclui.

Constância de Pina

## Despedidos da Empa exigem 650 mil contos de complemento de indemnização

O processo de liquidação da Empresa Pública de Abastecimento continua a dar que falar. É que depois da manifestação de Fevereiro deste ano, os cerca de 600 trabalhadores despedidos ameaçam sair à rua na próxima semana para protestar contra falta de palavra do governo segundo o líder do SISCAP, Julião Varela. Os ex-trabalhadores da EMPA vão gritar pelas ruas da Praia que querem o complemento de indemnização, estimado em cerca de 650 mil contos, que o governo alegadamente lhes deve desde Fevereiro de 2003, aquando da liquidação da referida empresa.

Julião Varela explica que, conforme foi solicitado, há mais de um mês remeteu ao governo o dossier para este apreciar e decidir. “Desde o dia 4 de Março remetemos ao Ministério das Finanças e da Administração Pública um dossier sobre o assunto, mas até esta não obtivemos nenhuma comunicação por parte da ministra Cristina Duarte. Caso o governo não nos responda até ao fim desta semana, os trabalhadores vão pressionar o SISCAP no sentido de convocar uma segunda manifestação, que poderá acontecer no decurso da próxima semana na Praia”.

O sindicalista esclarece que a EMPA foi extinta e os seus

584 trabalhadores, alguns já falecidos, foram despedidos sem justa causa, com base no artigo 152º do Regime Jurídico Geral das Relações de Trabalhos (RJGRT), agora revogado com a entrada em vigor do novo Código Laboral. Ou seja, conforme a cláusula em apreço, os trabalhadores com até 15 anos de trabalho devem ser indemnizados com três meses de salário por cada ano e os com mais de 15 anos de serviço prestado recebem quatro meses de vencimento por cada ano de trabalho.

“Mas com a liquidação da EMPA, os despedidos com até 15 anos de trabalho receberam 1,5 meses de salário por cada ano de serviço e os com mais de 15 anos foram indemnizados com 2,7 meses de salário por cada ano de trabalho. O diferencial resultante da aplicação do artigo 152º do RJGRT, estimado em cerca de 650 mil contos, ficou para ser regularizado, conforme o acordado durante o processo negocial de Fevereiro de 2003, com o acerto de contas no final da alienação dos bens móveis e imóveis da empresa”, sustenta Julião Varela.

Para o Presidente do SISCAP, o Estado está em condições de honrar tais compromissos. “Pelos dados de que dispomos, o Estado já arrecadou mais de dois milhões de contos com a

alienação de bens móveis e imóveis da EMPA. Isto sem incluir a venda das terras de Paraguai, as acções da empresa na Cabo Verde Telecom e Sociedade Cabo-verdiana de Sabões, créditos por receber de terceiros...”.

A EMPA foi criada três meses depois da Independência Nacional, com a tarefa de importar, distribuir e comercializar produtos alimentares básicos e outros essenciais à economia nacional. De 1975 a 1991, a mesma teve um percurso brilhante, com uma estrutura pujante e sólida em todo o território nacional. Mas a empresa Pública de Abastecimento começaria a decair com a mudança política de 1991, na sequência das orientações económicas neoliberais introduzidas pelo então governo do MpD, que afastaram o Estado da esfera produtiva e deram novo protagonismo ao sector privado. Com efeito, à EMPA foi retirada da monopólio na comercialização de muitos produtos que geravam bons lucros, passando a empresa a comercializar quase que exclusivamente os produtos de ajuda alimentar. Como consequência, passou a ter resultados negativos a partir de 1993, até que o decreto-lei nº 28/2002 de 2 Dezembro do mesmo ano.

Alírio Dias de Pina

# Filú incendeia autárquicas

O factor narcotráfico volta a marcar a disputa eleitoral em Cabo Verde. Desta feita, por obra e graça de Felisberto Vieira, que fez saber que ele não recebe comissões de “advogados amigos” ligados ao narcotráfico. O MpD e a Ordem dos Advogados não gostaram e “enfiaram” o barrete. Ontem Ulisses Silva tinha um novo comício, onde o assunto não deve ter deixado de vir à baila.

A uma semana da data oficial do início da campanha eleitoral - dia 1 de Maio - na Praia o mote está dado: depois de encaixar meses a fio as denúncias e acusações de corrupção vindas do MpD, Felisberto Vieira atestou, forte e feio: “Nós não tomamos comissão no narcotráfico através de advogados amigos”, afirmou, sublinhando, “nós, do PAICV, somos limpos!”

Quer o MpD quer o bastonário dos advogados, Arnaldo Silva, insurgiram-se contra Felisberto Vieira, desafiando-o a fazer prova, em tribunal, da sua acusação. Uma queixa do MpD foi entregue na terça-feira, 22, no Ministério Público. “Com esta queixa-crime o PAICV já pode dar o nome às pessoas e falar de números relacionados com o narcotráfico, para acabar de uma vez por todas com este clima de desconfiança”, disse Elísio Freire, acrescentando que o MpD vai também “fazer queixa em instituições da comunidade internacional para esclarecer cabalmente este assunto”.

Longe de se impressionar com a queixa, FV diz não retirar “uma vírgula” do que disse no seu comício de sábado, pois, alega, não fez referência a nenhuma instituição nem

peessoa, singular ou colectiva, em concreto. “E estranho que o MpD enfie o barrete”, comentou.

Ulisses Silva, rival de Filú pela segunda vez, tinha ontem agendado o seu segundo grande comício, na Vila Nova. Uma oportunidade para ele, certamente, não deixar de voltar a tocar no assunto do narcotráfico.

## S.FILIFE E S. NICOLAU

Mas esta semana ficou ainda marcada pelo incidente, na ilha do Fogo, entre o líder do MpD em S.Filipe, Fausto do Rosário, e o edil cessante Eugénio Veiga, em plena rua dessa cidade.

Veiga, que circulava no carro de função de presidente da CMSF, viu-se de repente interceptado por duas viaturas, uma à frente e outra atrás, imobilizando-o. Um dos veículos estava a ser conduzido pelo líder local do MpD, Fausto do Rosário, e outro por um apoiante desse mesmo partido. Diante disso, a Polícia Nacional foi chamada a intervir, para evitar o pior.

O líder do MpD alega que numa altura em que como candidato se encontra suspenso das suas funções de edil, Eugénio Veiga não pode usar o veículo pertencente à autarquia, apontando isso como exemplo de um “desmando” do candidato do PAICV. Fausto do Rosário diz que aguarda um pronunciamento da CNE sobre o caso e se isso não acontecer ele voltará a adoptar o mesmo procedimento em relação a Eugénio Veiga quantas vezes for preciso.



Para Eugénio Veiga, este “é um acto de vandalismo”, sem enquadramento político ou legal. Mais, as pessoas que adoptam este tipo de conduta “deviam ser presas”. Veiga alega que, mesmo estando com as funções suspensas, o uso de viatura de função é uma das prerrogativas que a lei lhe confere, acontecendo o mesmo com a casa de função.

E o que diz, a propósito, o Código Eleitoral? Este no seu artigo 416 ordena: “Os presidentes das Câmaras Municipais que se candidatarem às eleições suspendem as suas funções com trinta dias de antecedência em relação ao dia das eleições, sem prejuízo dos direitos e regalias inerentes ao cargo”.

Para todos os efeitos, a CNE deve produzir hoje uma deliberação sobre o caso. E, curiosamente, não é só em S.Filipe que parece haver problemas do tipo. O MpD de S. Nicolau apresentou também uma

queixa à CNE contra o terceiro elemento da lista do PAICV, Adilson Melício, por este alegadamente andar a fazer uso indevido de recursos públicos. Melício é acusado de utilizar o Toyota Prado, de cor branca, propriedade do MCA, posto à sua disposição como director local, enquanto delegado do MAA, “em acções de campanha eleitoral, acompanhado de conhecidos militantes do PAICV e outros, como é público e notório e pode ser provado por testemunhas oculares”.

Entretanto, falta apenas mais uma semana para o arranque oficial da campanha eleitoral, que começa a 1 de Maio, prolongando-se até 16 desse mês. Aparentemente, os preparativos para o dia 18 prosseguem a todo o vapor, tendo esta semana a CNE procedido à publicação dos editais com os nomes dos candidatos à referida disputa eleitoral.

# FELIZ ANIVERSÁRIO



JOSÉ MARIA VARELA

“  
**Dotar a capital das melhores condições para os seus habitantes é com certeza o que pretendem os candidatos a Presidente da Câmara Municipal da Praia. Na hora de meter mãos à obra, e para “olear” a máquina, o Estatuto Especial seria uma preciosa ajuda. Por isso, insisto na necessidade de se viabilizar este importante instrumento.**  
 ”

A cidade da Praia está de parabéns. Comemora, nestes dias, 150 anos de vida. Só o facto de completar esta bonita idade, já é motivo de festa: tal como as pessoas, as cidades também têm uma vida mais ou menos longa, com mais ou menos histórias para contar, com mais ou menos sucesso em ultrapassar os obstáculos que vão surgindo pelo caminho. Em um século e meio de vida como cidade e muitas vicissitudes, quase viu fugir-lhe das mãos o estatuto de capital. Hoje, muito mais fortalecida e orgulhosa do seu passado, são justificadas as razões para festejar.

Constata-se que há um crescimento real da cidade em quase todos os aspectos, crescimento às vezes desengonçado e cinzento que, não sendo doença sem solução, preocupa e clama por tratamento adequado. Em todo o caso, não será por causa dessa “deficiência física” que os praienses deixarão de encarar o futuro de forma positiva, com o optimismo característico do povo das ilhas. Praia é cada vez mais uma urbe cosmopolita; começa a ter uma importância crescente quando o assunto é turismo, com a ilha de Santiago como o segundo destino turístico do arquipélago; está apetrechada com mais infra-estruturas, destacando-se uma rede viária renovada, um aeroporto internacional e mais equipamentos de saúde e de ensino.

Em geral, esta ocasião é aproveitada para brindar ao aniversariante, ficando as “cobranças” deferidas para outros ambientes, para não parecermos inconvenientes. Mas nesta festa de anos a tentação é grande e somos praticamente obrigados a ser oportunistas, abrindo um parêntesis ao que costuma ser a

norma. É sabido que em tempo de guerra não se limpam armas. Trata-se de um aniversário redondo, temos uma batalha de PDM para ser ganha e estamos embalados com a música de campanha eleitoral e as promessas dos candidatos. Nestas circunstâncias bastante particulares, nada melhor de que aproveitar então o ensejo para transgredir um pouco, sugerindo à aniversariante como é que ambicionamos vê-la transformada nos tempos mais próximos.

Um dos desejos tem a ver com o aprumo e a funcionalidade: que seja mais disciplinada e organizada em termos espaciais, melhor infra-estruturada, com mais equipamentos sociais, desportivos, culturais e com estancamento das construções clandestinas. Isto traduz-se em algumas acções que, concretizadas, interpretariam os genuínos anseios dos praienses e contribuiriam para melhorar, de forma radical, a sua qualidade de vida. Dotar a capital das melhores condições para os seus habitantes é com certeza o que pretendem os candidatos a Presidente da Câmara Municipal da Praia. Na hora de meter mãos à obra, e para “olear” a máquina, o Estatuto Especial seria uma preciosa ajuda. Por isso, insisto na necessidade de se viabilizar este importante instrumento.

Daqui a um ano, o brinde será ainda mais rijo se a Praia aniversariar com mais energia e iluminação pública, uma melhor cobertura em rede de água e esgotos e um aterro sanitário a funcionar. A isto podemos juntar a drenagem das águas pluviais, a protecção das encostas e a criação de mais espaços verdes. A programada expansão do porto da Praia é uma prioridade para impulsionar o desenvolvimento económico da ilha de Santiago, pelo que a sua efectivação

assume carácter de urgência. A construção do Estádio Nacional e outras infra-estruturas desportivas contribuirão para proporcionar à juventude espaços adequados para ocupação dos tempos livres, de forma saudável. Igualmente para os jovens, mas também para turistas e toda a população desfrutarem das excelentes condições climáticas para um aprazível banho de mar, as praias mais frequentadas devem ser dotadas de melhores acessibilidades, equipamentos para a prática de exercícios, instalações sanitárias e mais segurança para os banhistas e, já agora, praias mais limpas.

Se é verdade que a Praia tem hoje uma Biblioteca Nacional, o Auditório, o Palácio da Cultura e mais alguns espaços que servem de palco para actividades culturais, a cidade regista mesmo assim um *deficit* de equipamentos nesta área, nomeadamente escolas de música e salas de cinema. A cada dia que passa, torna-se mais evidente o papel incontornável que a cultura representou e representa para o povo de Cabo Verde e a sua importância crescente na marcação do compasso do nosso futuro. O prémio justamente conquistado pela jovem e talentosa Mayra Andrade, há poucos dias, é apenas um exemplo do potencial que temos em diamante, faltando apenas lapidá-lo. Ou seja, se todos os nossos jovens tivessem acesso a escolas de música, uma academia por exemplo, quantas Cesárias e quantas Mayras teríamos, para além de muitos exímios executantes dos mais variados instrumentos musicais?

Apesar de todas estas reclamações, um autêntico manifesto eleitoral, é hora de reiterar os votos de parabéns, com votos de um feliz aniversário para a nossa cidade da Praia.

## TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
04-02-2008	Redesconto	6.0
04-02-2008	Cedência de Líquidez	7.0
04-02-2008	Absorção de Líquidez	1.5
14-04-2008	Mercado Monetário Interbancário	6,00
24-04-2008	Taxa Base Anual	3,46
<b>Títulos da Dívida Pública</b>		
24-04-2008	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	3,38
15-02-2008	Obrigações de Tesouro - 10 anos	5,54

## MERCADO DE INTERVENÇÃO

Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2008-04-17	TIM	182	4,563	600.000.000,00
2008-04-10	TIM	182	4,563	600.000.000,00
2008-04-21	TRM	14	4,000	1.060.000.000,00
2008-04-14	TRM	14	4,000	300.000.000,00



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

## TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 24-04-2008

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADÁ	CAD	1	68,188	68,329
SUÍÇA	CHF	100	6.852,168	6.864,944
DINAMARCA	DKK	100	1.476,283	1.478,972
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	137,088	137,391
JAPÃO	JPY	100	67,048	67,175
NORUEGA	NOK	100	1.390,011	1.392,701
SUÉCIA	SEK	100	1.181,863	1.184,720
ESTADOS UNIDOS AMÉRICA	USD	1	69,074	69,276
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	8,924	9,126

# PROMESSAS DE CAMPANHA

Num compromisso que garantiu ser firme, seguro e sério, Gualberto do Rosário prometeu à população de S. Vicente que se ganhar as eleições de 18 de Maio vai transformar a cidade num brinquinho areado, limpinho e asseado: “*Não vai haver rua de terra batida, porque estarão todas pavimentadas, não vai existir casas de lata porque as pessoas vão ter casas condignas para morarem, todos terão água nas residências, e as crianças em idade pré-escolar estarão numa escola com qualidade*”.

Isso tudo prometeu ele em ambiente de grande entusiasmo, quer do próprio comiciante quer dos comiciados, mas na verdade não sei se nos convém muito a realização de todas essas promessas. Mais água e mais escola (sobretudo se for daquelas que diariamente oferecem uma refeição quente aos alunos) serão bem-vindos, afinal das contas é muito desagradável estar perto das pessoas e aspirar aquele cheirinho frio a corpo pouco limpo, quando não são mesmo bafos fedorentos do suor de dias ou até semanas sem uma gota da Electra. Mas no que se refere à pavimentação geral da cidade, vê-se logo que é ainda embalagem dos campos de golfe relvados que as pessoas dizem estar na origem desta inopinata e repentinamente candidatura do Gualberto. Porém, é preciso alertá-lo para o facto de já estarmos habituados à companhia da poeira, tanto na rua como dentro de casa, e de repente ver tudo isso pavimentadinho, transformado num ambiente asséptico de laboratório, pode não ser bom para a nossa saúde, quer física quer psíquica, sabe-se lá os danos colaterais que podem advir dessa magnanimidade! Preferível, pois, prometer, antes, avançar com festas, bailes, piqueniques, feijoadas, paródias *d’note té manchê*. Isso dá votos! Ainda que seja verdade que enquanto aqui sentado escrevendo estas mal traçadas linhas, um vento feroz está se esforçando por derrubar-me a casa ou pelo menos levar o telhado. E então não resisto à tentação de pensar, Ah se eu neste momento fosse candidato à Câmara! Prometeria aos eleitores de S. Vicente, Se ganhar as eleições, ordenarei aos deuses do vento que tranquem a sete chaves todas as comportas por onde deixam passar os seus desaforados uivos que afrontam esta cidade quase tanto como a barulhada dos bailes de fim de semana, e proibirei que sejam abertas durante todo o período que durar o meu mandato...

Mas deixemos de lado as promessas lunáticas que todos os políticos fazem em campanha. Porque há outras, mais úteis, de melhor serventia, que seria bom um ou outro candidato se comprometer

a cumprir. Uma delas tem a ver com a forma como a Câmara de S. Vicente vem (mal)tratando alguns munícipes proprietários de casas dentro da cidade.

Procurou-me aqui há dias uma senhora, emigrante nos Estados Unidos, e a quem os pais adoptivos, lá pelos anos de 1975, tinham doado uma casinha mais ou menos no centro da cidade. Chegou desorientada, abanando na mão um pedaço de papel com alguns algarismos escritos e que depois vi tratar-se de um apontamento sobre cento e já não sei mais quantos contos. Disse que tinha sido mandada por um colega emigrante, meu amigo de longa data, que a tinha encontrado na rua chorando desabaladamente, sem saber aonde ir inventar quantia tão elevada para entregar à Câmara. Estava num estado de “*falar contínua*”: tinha vindo de urgência a S. Vicente por causa da morte de um familiar, aproveitou para ir à Câmara pedir uma informação sobre a sua casa, indicam-lhe um funcionário, este vai ao computador e regressa com o papel dos cento e tal contos e o aviso de que qualquer informação só lhe será dada depois de liquidar a quantia em dívida. Ora ela acha que não deve nada, tem um procurador de confiança que faz todos os pagamentos a tempo e horas e manda-lhe os papéis para a América... Tem os documentos da casa, pergunto. Tem! Vasculha a carteira e entrega-me um maço avultado, sempre no meio daquela verborreia nervosa. Então, fique agora um bocadinho calada a ganhar fôlego enquanto eu vejo isto.

Tudo parece em ordem: prédio urbano situado na rua tal, confrontando com tal e tal, inscrito na matriz predial sob o nº tal e descrito na Conservatória dos Registos... Os impostos também estão em dia. E essa quantia que estão a pedir-lhe, não lhe disseram do que se trata? Disseram que é o preço do terreno onde a casa está, não consta no livro deles que o lugar tenha sido comprado quando a casa foi construída, é por isso que tenho que pagar o preço agora. E deram-lhe um papel a dizer isso? Não, não deram, só este aqui com o valor a pagar.

Essa é boa! Nunca tinha visto nada parecido: mais de 50 anos depois de uma casa ter sido construída no centro da cidade, a Câmara pretender que o terreno tem que lhe ser comprado!

Porém, esse mundo do Direito nem sempre é lógico, o meu irmão é que é o homem do Código da Terra... Conheces alguma lei que permite, seja ao Estado seja à Câmara, cobrar o que diz ser o preço de um terreno onde há pelo menos 30 anos se construiu uma casa?

Não, não conhece nem existe, diz, mas sabe que algumas Câmaras do país estão pelo menos a tentar cometer essa enor-

midade. Uma forma expedita, ainda que pouco ortodoxa, de arranjar dinheiro.

Disse à senhora que fosse à Câmara pedir um documento qualquer, um despacho assinado por alguém responsável a justificar a dívida. Como ela não regressou, parti do princípio de que a Câmara tinha afinal reconsiderado. Há uma mania nacional de que o emigrante chega sempre rico, sobretudo se é americano, de modo que devem ter querido aproveitar-se da senhora para meter mais uns trocados nos cofres municipais. Acabaram por se aperceber que ela é coitada.

Ora qual não é o meu espanto quando me chega há dias um outro caso em tudo igual ao da emigrante, mas agora com um residente. A pessoa pretende meter obras numa casa comprada em 1972, inscrita na matriz e descrita na Conservatória com todos os matadouros. Porém a Câmara exige que primeiro ela pague pelo terreno porque a escritura prova a propriedade da casa, mas já não do terreno onde está construída. Claro que lhe deram um documento qualquer a dizer isso tudo, digo-lhe. Não senhor, não deram, só o valor, duzentos e tal contos, pedi uma cópia do despacho do vereador (dizem que é um vereador que decide isso) mas o funcionário disse que não está autorizado a dar essa cópia.

Ora posto nestes termos, isso só pode ter um nome: extorsão! E o mais grave é que as pessoas acabam por se deixarem submeter a essa extorsão, como única via de verem resolvidas as questões que estejam dependentes de licenças da Câmara. E isso está a acontecer numa ilha “*esclarecida*” como é S. Vicente.

De modo que, em vez dessas promessas disparatadas, será bom para S. Vicente qualquer dos candidatos garantir que porá termo a esse abuso de poder (melhor seria que a actual Câmara livremente o fizesse!) que está a pôr em causa um dos mais importantes bens da sociedade que é a segurança jurídica, mais importante que todas as ruas pavimentadas.



GERMANO ALMEIDA

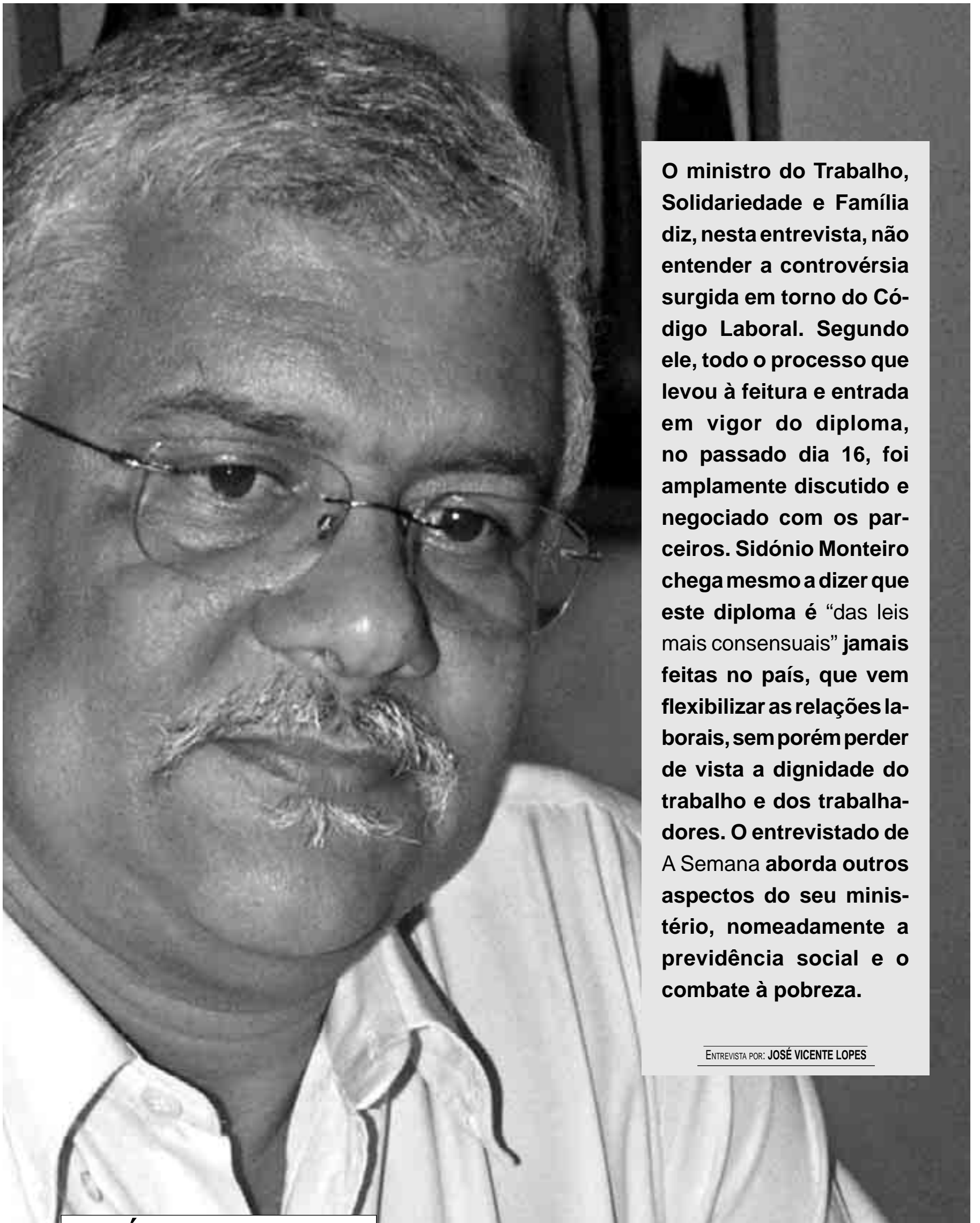
“  
*Ah se eu neste momento fosse candidato à Câmara! Prometeria aos eleitores de S. Vicente, Se ganhar as eleições, ordenarei aos deuses do vento que tranquem a sete chaves todas as comportas por onde deixam passar os seus desaforados uivos que afrontam esta cidade quase tanto como a barulhada dos bailes de fim de semana, e proibirei que sejam abertas durante todo o período que durar o meu mandato...*  
”

Sexta-feira, 25 de Abril de 2008

Asemana

Opinião

SECTOR DO LOTO	
Concurso N°2008/16 de 20 de Abril de 2008	
<b>TOTOLOTO</b>	<b>JOKER</b>
Números Extraídos: 10 - 19 - 20 - 34 - 47 - 48	Número Premiado: 071399
1.º Prémio.....690.565,50.....0.....(JACKPOT)	1.º Prémio.....5.301.744,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....276.226,20.....3.....92.075	2.º Prémio.....79.819,20.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....414.339,30.....143.....2.897	3.º Prémio.....119.728,80.....0.....(JACKPOT)
	4.º Prémio.....199.548,00.....43.....4.640
Previsão para esta semana (Concurso n° 17 de 27-04-08)	
<b>TOTOLOTO</b>	<b>JOKER</b>
<b>1 400 000\$00</b>	<b>5 700 000\$00</b>
<b>Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!</b>	



**SIDÓNIO MONTEIRO,** ministro do Trabalho, Solidariedade, e Família

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Família diz, nesta entrevista, não entender a controvérsia surgida em torno do Código Laboral. Segundo ele, todo o processo que levou à feitura e entrada em vigor do diploma, no passado dia 16, foi amplamente discutido e negociado com os parceiros. Sidónio Monteiro chega mesmo a dizer que este diploma é “das leis mais consensuais” jamais feitas no país, que vem flexibilizar as relações laborais, sem porém perder de vista a dignidade do trabalho e dos trabalhadores. O entrevistado de A Semana aborda outros aspectos do seu ministério, nomeadamente a previdência social e o combate à pobreza.

ENTREVISTA POR: JOSÉ VICENTE LOPES

“O Código Laboral é das leis mais c

**A Semana - O tema do momento é o Código Laboral, alvo de contestações várias, sobretudo dos sindicatos. Estava à espera disso, tendo em conta o tempo que se levou a negociar essa lei?**

**Sidónio Monteiro** - Nós estamos em presença de uma legislação laboral que pode ser considerada a lei que obteve os mais amplos consensos até hoje feita em Cabo Verde. Daí não entender essa contestação, inclusive fora de algum contexto, do CL, até porque este diploma trata de uma série de matérias que foram até redigidas, conjuntamente, por todos os parceiros sociais. Não bastasse isso assinou-se um memorando de entendimento, no final das reuniões técnicas, que abarca praticamente todas as matérias. Apenas restou uma ou outra questão para ser consensualizada, depois.

Também não coroboro, já agora, a ideia de que o CL tenha um pai, como se tem dito na comunicação social nos últimos dias. Atribuir a paternidade desse diploma a uma pessoa em particular revela um profundo desconhecimento de todo o processo que levou à sua aprovação pelo Conselho de Ministros, e acima de tudo, uma grande injustiça em relação a todos os que participaram neste processo. Refiro-me aos parceiros sociais, designadamente, os sindicatos, os empregadores, os técnicos da Direcção Geral do Trabalho, sem esquecer os *inputs* políticos dados pelo governo, tanto na elaboração dos termos de referência como na aprovação final do CL. Ou seja, o CL é trabalho de uma ampla equipa, daí afirmar, também, que é das leis mais consensuais aprovadas até hoje em Cabo Verde.

**- Como explica então a contestação que se fez ouvir estes dias?**

- Esta contestação deve-se a dois pontos que foram entendidos de forma diferente. Um tem a ver com as férias dos marítimos e outro com o artigo 15º, relativo ao contrato de trabalho a prazo. Em relação aos marítimos, artigo 353, demos instruções para que na redacção dessa parte se tivesse em conta a convenção de Fevereiro de 2006, que resumia uma série de convenções anteriores. Quando recebemos a proposta técnica vimos que havia uma diferença de redacção.

Na versão anterior desse artigo dizia-se, taxativamente, que os marítimos tinham direito a 10 dias de descanso em terra por cada 30 dias de trabalho. Nós acrescentámos um ponto mais, por minha proposta junto do representante dos marítimos, a dizer que os feriados (domingos e dias não gozados) seriam acrescentados aos 2,5 dias por cada 10 dias de trabalho, o que totalizava 10 ou 11 dias por mês.

Mas o que eu quero dizer é que, neste momento, há um entendimento dos armadores e dos marítimos que não se deve alterar o princípio anterior. O governo está disposto a regressar à versão anterior porque não houve nenhuma alteração de fundo em relação a isso.

**- E a outra parte da questão, o artigo 15º, a que se deve?**

- Aqui os sindicatos dizem que o governo actuou à margem do acordo. Mas basta ler os termos do memorando de entendimento para ver que isso não é verdade. Por um lado, este documento diz que, sem prejuízo das competências que cabem ao Conselho de Ministros, porque não se legisla em sede de Concertação Social...

**- Mas legisla-se com base num acordo.**

- Certo, sobre a entrada em vigor do diploma, os representantes dos trabalhadores diziam que se devia ter em conta os anos anteriores dos contratos e os empregadores tinham posição diversa, ou seja, que se devia legislar para o futuro. Uma vez que não havia um entendimento, remeteu-se ao governo o esclarecimento da situação.

**- Mas a versão adoptada não está a ter o acolhimento dos sindicatos. O que se passa então?**

- Analisando a situação do país, o facto de as empresas existentes no país serem PME, analisando o facto de a lei de 1993 não fixar um prazo para contratos a prazo, analisando também as implicações para as empresas, que poderiam ser confrontadas, abruptamente, com a necessidade de ter que transformar, automaticamente, contratos de trabalho a prazo em contratos definitivos, o que poderia também trazer prejuízos aos trabalhadores, dado que as empresas

poderiam simplesmente, numa manobra, acabar os contratos existentes e celebrar novos contratos, o governo entendeu não legislar retroactivamente.

Antes havia uma lei que não punha limites ao contrato de trabalho a prazo. Legislando para o passado, isso seria considerar a lei de 1993 não legal, deixaria de ter efeito. Por isso, o governo preferiu legislar para o futuro - a partir de agora todos os contratos de trabalho têm um limite temporal para passar, automaticamente, a contratos definitivos, volvidos cinco anos.

**- Consta que o governo vai absorver uma proposta da UNTC-CS, no sentido de clarificar ainda mais essa questão. É isso verdade?**

- O que dissemos à UNTC-CS é que estamos abertos a discutir a sua proposta. Essa central apresentou uma proposta moderada que não manda a conversão automática dos contratos a prazo para contratos definitivos, mas estabelece um prazo para que as empresas possam preparar-se para essa mudança. Já convocámos um encontro entre os empregadores e os sindicatos para ver se conseguimos um acordo, à semelhança do que aconteceu com as férias dos marítimos. Se chegarmos a consenso veremos qual a melhor solução. Da nossa parte há uma predisposição neste sentido. O CL tem 400 e tal artigos que tratam matérias mais diversas e que objectivamente foram objecto de um amplo consenso. Tratando-se apenas de um ponto não se pode dizer que o CL não seja consensual.

**- Concluindo, está a refutar a ideia transmitida pelos sindicatos de que o governo legislou à margem do acordo?**

- Absolutamente, porque isso é algo que não corresponde à verdade. Por um lado, o governo tinha legitimidade, como órgão legislativo (com autorização dada pela AN) para tomar a medida que considerasse conveniente, e, por outro, o memorando de entendimento pede ao governo



**... como é que se pode dizer que há perda de direitos quando a gente, em vez de manter um contrato de trabalho que, indefinidamente, nunca se transformava num contrato definitivo, se põe um limite a isso? É ilógico.**

para esclarecer esta matéria...

**- Só que esse esclarecimento não foi ao encontro das expectativas dos sindicatos...**

- Sim, a UNTC-CS queria uma solução intermédia e a CCSL acha que se devia converter, automaticamente, todos os contratos a prazo com mais de cinco anos em contratos definitivos.

**- Nisto há o comentário de Geraldo Almeida, pai ou não deste CL ele trabalhou nesse diploma, a afirmar que com esta lei os trabalhadores perdem 10 ou 15 anos de trabalho. Como reage a isso?**

- O que eu digo é que o artigo 9º estipula que *“em caso algum”*, a entrada em vigor do CL *“pode ter como consequência privar o trabalhador dos direitos adquiridos à luz da legislação anterior nem reduzir as expectativas legitimamente criadas no quadro dessa legislação”*. Em termos de direitos adquiridos, seja a nível do tempo para a reforma, seja nível do INPS, seja qualquer outro direito, passados 30 dias, tudo tem de se converter em benefício do trabalhador.

Portanto, como é que se pode dizer que há perda de direitos quando a gente, em vez de manter um contrato de trabalho que, indefinidamente, nunca se transformava

num contrato definitivo, põe um limite a isso? É ilógico. Há aqui, efectivamente, um ganho; só que os sindicatos queriam que esse ganho fosse imediato, não esperando o tempo necessário para essa efectivação.

**- Mas não estaremos aqui diante de uma antinomia, um artigo (9º) a brigar com outro (15º)?**

- Não creio que haja isso. São matérias diferentes, a conversão automática e os direitos adquiridos, que são preservados pelo CL.

**- A CCSL já recorreu ao MP para este solicitar a fiscalização abstracta do artigo 15º.**

- Sei disso pela comunicação social. Mas ninguém até ao momento apontou nenhum artigo da CR supostamente violado. Diz-se também que há contradição entre o artigo 12 do Código Civil e este artigo do CL. Mas são duas leis com a mesma força.

Mas há outros juristas - Eurico Monteiro, por exemplo - que defendem que não há nada de inconstitucional. Eurico Monteiro não só representou os empregadores, como participou nos últimos dias nas jornadas de divulgação do CL. Ele até diz que não havendo uma posição intermédia o governo andou bem em legislar dessa forma. Sem prejuízos de encontrar qualquer entendimento, o interesse do governo foi salvaguardar a defesa dos interesses da economia, das empresas e os postos de trabalho dos trabalhadores.

**- Mas ainda há a ameaça da CCSL de recorrer à OIT.**

- A CCSL já fez uma queixa à OIT e nós já tivemos oportunidade de defender. Aliás, a CCSL tem feito várias queixas, e, como sempre, achamos que a OIT, também neste caso, vai dar razão ao governo.

#### Horários e turnos de trabalho

**- Há ainda o artigo 154, que, segundo os sindicatos,**

**vem baralhar os horários de trabalho, já que estes deixam de depender da Direcção Geral do Trabalho na sua fixação. Como vê isso?**

- Esta é uma posição de fundo que nós tomámos e que foi fruto, também, de um consenso alargado. A nível mundial a ideia que se tem é que há que *“desadministratizar”* as relações de trabalho. Não faz sentido que num país onde haja milhares e milhares de empresas, todo o horário de trabalho, para valer, tenha que ter um visto administrativo prévio, tipo DGT. Mesmo no caso de Cabo Verde, onde o número de empresas ainda não é tão grande, é preferível deixar as coisas funcionar. As normas existem, os contratos de trabalho devem obedecê-las, não acontecendo há a acção da Inspeção-Geral de Trabalho que tem o papel de fiscalizar e aplicar as coimas necessárias, podendo os sindicatos denunciar as eventuais irregularidades.

**- Há ainda um outro artigo, o 169, que se refere a turnos de trabalho...**

- Eu dou-lhe só este exemplo: a proposta inicial do consultor, e que foi inicialmente enviada aos parceiros, trazia uma proposta de subsídio de turno de 25% do salário base. Se analisarmos a simples situação da ASA em que há um subsídio de turno fixo para todos os trabalhadores,

**consensuais feitas em Cabo Verde”**





**Nós sempre admitimos a ideia do salário mínimo, como aliás, vem expresso na Constituição. O que temos dito é que não se pode, de forma irresponsável, estabelecer o salário mínimo de um momento para o outro. São precisos estudos que nos indiquem qual o caminho a seguir.**

de oito mil escudos, toda a gente que tem um salário de cem contos passaria a ter um subsídio de 25 mil escudos com essa proposta.

Mas se tivermos em conta também que a nível mundial, a tendência, também em Cabo Verde, é para se laborar 24 horas por dia, ao estabelecermos um subsídio de 25% sobre o salário base para o turno, teríamos que estabelecer um aumento salarial enorme e feito de forma subterrânea. Nós temos uma série de categorias – TACV, Polícia, hospitais, bombeiros, sem falar das empresas –, em que isso seria um Deus nos acuda para as empresas. Em tempo verificámos que a proposta não tinha fundamento económico e iria trazer problemas, optámos por

deixar as empresas negociar com os trabalhadores o subsídio de turno. Isto é diferente, note, para o subsídio de trabalho nocturno, que continua a ser 25%.

**- Mas há também o artigo 361 em que, segundo os sindicatos, o trabalhador continua sem garantia de conversão do contrato de tempo indeterminado para efectivo. Há também uma situação parecida no artigo 365, na medida em que a renovação do contrato continua a depender da vontade do empregador. O que acha?**

- No artigo 361 a redacção foi obtida por consenso, com todas as partes. Não houve contestação. Em relação ao 365 há um erro na remissão, o artigo correcto é o 366.

**- E quanto à reclamação de que a renovação depende, unilateralmente, da vontade do empregador?**

- A renovação do contrato depende das necessidades da empresa. Se uma empresa não necessita dessa renovação ninguém pode obrigá-la a isso.

**- Este CL é suficiente para tornar Cabo Verde competitivo como era intenção do governo, ou é apenas o CL possível neste momento?**

- Nós conseguimos, na medida do possível, um CL flexível, que permite criar um clima laboral propício aos desafios do momento. Foi o consenso possível... As reclamações vêm, sobretudo, dos trabalhadores e têm a ver com o artigo 15.

**- Ainda há dias vi o presidente da Câmara do Comércio de Barlavento, Manuel Monteiro, a dizer que nenhuma lei é perfeita e que o CL tem imperfeições que o tempo poderá ajudar a corrigir...**

- O governo também acha que nenhuma lei é perfeita e temos a noção clara que poderá haver lacunas. Estamos a fazer a sua divulgação, recolhendo subsídios para regulamentar os aspectos menos claros, tentando aperfeiçoar uma ou outra matéria.

Repito: estamos na presença de um CL amplamente consensual, objecto de um trabalho aturado de equipa, com representantes de todas as partes. Trata-se de um CL muito flexível, há um equilíbrio entre os direitos e deveres dos trabalhadores; ponderou-se também a necessidade das empresas poderem desenvolver-se para garantir os postos de trabalho. E mais: este CL trata matérias muito importantes que nunca tinham sido tratadas na legislação laboral cabo-verdiana...

**- Nomeadamente...**

- Nomeadamente o trabalho doméstico, o trabalho dos deficientes, o trabalho por turnos, o trabalho dos estrangeiros..., o que faz com que tenhamos um bom CL. Em relação ao despedimento, nós não adoptamos por exemplo, a solução existente nos EUA onde praticamente não há indemnizações. Optámos por uma posição intermédia porque é o país que temos. Não temos fundo de desemprego, não temos uma série de instituições que têm os países avançados e que lhes permite flexibilizar a rescisão do contrato de trabalho.

**- Falou dos EUA, qual foi outro modelo que Cabo Verde teve em conta?**

- Nós tivemos em conta vários outros modelos. Analisámos o que se passa na Europa, nos EUA, tínhamos os termos de referência que nos indicavam que devíamos flexibilizar, dando ao mesmo tempo certas garantias aos trabalhadores. Daí termos imposto o limite de cinco anos aos contratos a prazo. Mas ao mesmo tempo legislámos de forma a permitir que haja contratos a termo incerto - como por exemplo a relação que se estabelece na construção civil. Isto é, uma empresa que tenha a possibilidade de fazer uma empreitada pode contratar gente para esse fim. Uma outra matéria, muito importante neste momento, é a cedência de trabalhadores. Em suma, tentou-se fazer um equilíbrio entre os vários interesses, os da empresa e os da dignificação do trabalho e do trabalhador.

**- Falou há pouco do trabalho de estrangeiros. Este sector passa a ser regulado de que forma?**

- A lei diz é que para se trabalhar em Cabo Verde é preciso estar-se em situação legal. O que nós temos verificado ultimamente é que as pessoas vêm procurar um contrato de trabalho para poderem conseguir um visto de permanência. Em termos práticos, as coisas estão invertidas neste momento. A lei vem clarificar que, de acordo com as convenções internacionais, os estrangeiros que vêm trabalhar em Cabo Verde têm de ter os mesmos direitos que os nacionais.

**- Mas isso não vem criar um círculo vicioso, com injustiças sociais pelo meio, pessoas que não conseguem legalizar-se porque não têm contrato de trabalho e vice-versa?**

- A ideia é garantir que no país trabalhem pessoas que estejam aqui a viver legalmente...

**- Mas aí coloca-se o velho e eterno problema da fiscalização e inspecção...**

- Esta é uma questão sobre a qual, com o andar dos tempos e com a melhoria da nossa administração, poderemos fazer aplicar as normas existentes.

**- Falou que o país não tem fundos de desemprego. Quando é que se vai pensar nisso?**

- Com o tempo e o desenvolvimento do país nós teremos que avançar neste sentido. Por enquanto não vejo um horizonte próximo.

**- Para quem já é PDM...**

- Nós somos um país de rendimento médio, mas nem por isso deixamos de ter as limitações que temos. Não há espaço fiscal, daí não vislumbrar, a curto prazo, um fundo de desemprego entre nós.

**- E o salário mínimo nacional, no início pareceu-me que o governo descartava essa ideia, mas agora já vejo gente a falar nisso. O que se passa?**

- Não há alteração da nossa posição. Nós sempre admitimos a ideia do salário mínimo, como aliás, vem expresso na Constituição. O que temos dito é que não se pode, de forma irresponsável, estabelecer o salário mínimo de um momento para o outro. São precisos estudos que nos indiquem qual o caminho a seguir. Há propostas várias, inclusive, a nível da Comissão

# Salário mínimo: “Ainda é cedo”

Técnica, avançou-se com a ideia de um salário mínimo por sectores de actividade. Esta é uma matéria, como eu disse, tratada na CR, apenas se disse que não chegou ainda a altura.

**- Mas este não seria o momento ideal, tendo em conta que este CL vem estabelecer um conjunto de situações no mundo do trabalho em Cabo Verde?**

- O governo andou bem ao não precipitar as coisas...

**- Repare, falar em precipitação num diploma que está ser discutido há 10 anos, que está na CR há vários anos, parece-me um bocado forçado ou não?**

- São coisas diferentes. O salário mínimo pode, inclusive, ser tratado à margem do CL.

## Justiça do trabalho

**- Além da inspecção, há a justiça do trabalho que é tida como muito precária. Os trabalhadores queixam-se, volta e meia, disso. Como é que o governo pretende corrigir o que está mal aqui?**

- A nível da inspecção, nós não temos um número grande de inspectores. Mas há uma vontade política do governo para reforçar o sector da inspecção. O orçamento deste ano contempla isso e estamos neste momento a fazer um concurso para a formação de inspectores - as normas da OIT dizem que para se nomear um inspector primeiro é preciso formá-lo. Quanto à justiça laboral, esta é uma matéria que está ligada ao Ministério do Trabalho, mas também ao Ministério da Justiça, e por aquilo que se pode observar tem havido um maior dinamismo nos últimos tempos.

Mas eu quero também dizer que dentro deste processo de inovação, reforma e modernização do Estado, nós estamos a incluir também os organismos do trabalho - a DGT e a IGT - para que possamos, num futuro próximo, beneficiar dos dados e informações que nos permitam responder com mais eficácia aos desafios do desenvolvimento que país exige.

**- Mas os problemas não se colocam apenas em relação à IGT, mas também da DGT. Esta é acusada de apenas aparecer nos momentos de greve.**

- É uma acusação injusta. A nível mediático só se ouve falar da DGT quando há uma ameaça de greve, mas diariamente há dezenas de casos que são resolvidos por ela, a solicitação dos trabalhadores ou das empresas. As estatísticas o comprovam, por isso avalio positivamente o desempenho da DGT. Temos um número grande de conciliações, que na maioria das vezes não vai para a comunicação social.

**- De qualquer forma, nisso, há a ideia de que as ilhas periféricas são as que se encontram mais sujeitas a problemas decorrentes da ausência da DGT ou IGT. Além do Fogo e Santo Antão, há o caso, sobretudo, do Sal...**

- Nós no Sal temos uma delegação da DGT, depois da formação dos inspectores iremos munir essa ilha de inspectores. De qualquer forma, a jurisdição do Sal é feita a partir de S. Vicente. O que temos feito é um calendário de inspecções que são realizadas em todo o território nacional.

Em relação às outras ilhas, o processo de reforma do Estado vai ajudar a resolver esses problemas. O governo pretende ter unidades de coordenação dos seus serviços desconcentrados nas ilhas e aí haverá naturalmente a possibilidade de nessas unidade haver gente que se vai ocupar dos problemas ligados ao Trabalho.

Por outro lado, dentro ainda desse processo de reforma, com a criação das unidades de inspecção, de uma forma global, pretende-se atribuir a essas unidades acções inspeccionárias que também têm a ver com o Trabalho. Num futuro próximo, iremos ver essa questão de ausência permanente de delegados, representantes do Trabalho ou da Inspeção resolvidas no processo de reforma do Estado.

**- Até que esse quadro de que falou seja criado, pretende o governo deixar o Sal continuar a depender de S. Vicente?**

- O Sal depende de S. Vicente apenas na parte da inspecção. Tem neste momento uma delegação do Trabalho, com um delegado.



**Da nossa parte tem havido um cumprimento rigoroso de todos os acordos e fizemos recentemente numa reunião da Concertação Social de balanço e verificámos que a grande maioria desses acordos foram todos cumpridos pelo governo.**

**- Convenhamos, o Sal, pela dimensão que tem neste momento, continuar a depender, no que toca à inspecção, de S. Vicente, não me parece curial.**

- Naturalmente. Mas uma vez formado o grupo de inspectores, o governo pretende pôr inspectores na ilha.

**- Bem ou mal, Cabo Verde tem estado a funcionar na base da concertação social. Mas volta e meia surgem sindicatos a reclamar do incumprimento de acordos, inclusive, pela administração pública. Há os casos da Meteorologia, Cavibel há poucos dias...**

- Da nossa parte tem havido um cumprimento rigoroso de todos os acordos. Fizemos recentemente, numa reunião da CS, o balanço e verificámos que a grande maioria desses acordos foram todos cumpridos pelo governo. Eventualmente poderá haver um ou outro caso, a nível privado, mas não temos informações detalhadas. Penso que nesses casos há os tribunais ou que as instâncias de trabalho poderão ser chamadas para dirimir os conflitos. Não temos situações de incumprimento generalizado dos acordos estabelecidos.

**- O Estado em Cabo Verde ainda é o principal empregador?**

- As informações que temos indicam que o Estado já não é o principal empregador.

**- Isso coloca o problema do cumprimento dos acordos laborais.**

- Naturalmente, os acordos estabelecidos têm de ser cumpridos. Da nossa parte, o Estado tem cumprido.

**- Mas volta e meia surgem problemas - por exemplo, no Porto da Praia, na Meteorologia...**

- No Porto da Praia, que é um caso que tenho acompanhado, constata-se, neste momento, uma acalmia, a situação tende a normalizar-se. Ninguém tem interesse em que haja conflitos desnecessários.

**- E a Meteorologia?**

- Tanto quanto eu sei os acordos têm sido cumpridos. O que se passa muitas vezes é que as expectativas estão além da capacidade das empresas.

**- Mas eu poderia também apontar a situação dos enfermeiros...**

- Aqui também tem havido uma resposta positiva do governo. As principais reivindicações têm sido resolvidas até ao momento.

## Pensão Social e Previdência

**- Falemos de pensão social. Eu sei que está na forja um Centro Nacional da Pensão Social. Em que pé está este programa?**

- O CNPS já está a funcionar, na Fazenda. Temos já nomeado um CA, estamos neste momento com uma consultoria da OIT que nos vai ajudar a estabelecer os critérios de utilização de um fundo mutualista, que também vai ser gerido pelo Centro, que conta com uma participação de 25 mil contos do Estado, mais 2% da pensão que se retém dos pensionistas. Estamos também com o NOSI a montar uma nova base de dados, que se vai cruzar com a base de dados do país e permitir um maior controlo da gestão.

**- Este Centro de Pensão Social visa aliviar o INPS ou são entidades completamente autónomas?**

- São autónomas, separadas, com um público-alvo diferente. CNPS vai trabalhar com um público-alvo que não beneficiou ou que não entrou, no devido tempo, na Previdência Social. São pessoas com mais de 60 anos, que não entraram no sistema, ou então deficientes pobres.

**- Quanto é a pensão social neste momento?**

- Neste momento é de 3500 escudos, mas a nossa intenção é chegar aos 5 mil escudos até 2011.

**- É entendimento que 3500\$00, mesmo 5 mil escudos, ainda está longe de cobrir as necessidades essenciais de uma pessoa em Cabo Verde.**

- Naturalmente. Somos um país pobre, e as condições actuais nos aconselham a ir com prudência. Este já é um esforço enorme, a exigir um milhão de contos por ano. A lei que estabeleceu a pensão social, por um lado, universaliza o direito a todos os idosos no limiar da pobreza e por outro estabelece que o valor aumenta sempre que se aumentam os salários na FP. →

# Programa luta contra pobreza é modelo

- Na luta contra a pobreza prevalece a ideia que se promove mais a pobreza do que o seu combate, propriamente. E como reage a isso?

- O nosso programa neste momento é apontado como um dos melhores a nível mundial. Tanto mais, lembre-se, Cabo Verde chegou a ser convidado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a apresentar a sua experiência na China, numa conferência em que esteve o presidente Pedro Pires. Cá dentro o impacto da PNL é considerado bom e os estudos junto dos beneficiários mostram que – ao contrário daquilo que certos sectores, na cidade, pensam porque não conhecem a filosofia do programa e por isso o criticam e estão em completo desacordo com a percepção dos beneficiários –, tem sido um verdadeira revolução na vida deles. O programa permite o acesso à saúde, educação, água, aos bens de uma forma global. O impacto tem sido extraordinário. Tanto mais que os dados apontam para a redução da pobreza de 37 para 29% da população cabo-verdiana.

- Através deste programa é possível pegar num indivíduo, ou mesmo uma comunidade, e tirá-lo da pobreza?

- Nós temos tido resultados altamente positivos.

- De que tipo?

- O programa tem dois tipos de actuação. Um a nível daqueles que estão com uma baixa auto-estima, vivem abaixo do limiar da pobreza. A esses procura-se fazê-los passar para uma fase seguinte através do microcrédito, actividades geradoras de rendimento, tirá-los do círculo da pobreza. Este é um dos principais objectivos do programa. E acreditamos que temos conseguido isso. Temos vários exemplos, empresas que foram criadas, que estão a funcionar bem.

É necessário, sim, continuar com este trabalho. E este é um dos grandes desafios que já lançamos a nível das comissões regionais de parceiros. O programa não se gere de acima para baixo, é amplamente participado com as associações da comunidade, serviços descentralizados, etc.

## Previdência e evacuados

- A nível do INPS, sendo este um país que envelhece e adoece também, não faltam reclamações contra o atendimento que se presta. Uma delas é que o sistema é muito moroso. Partilha desta opinião?

- Nós temos um sistema que funciona normalmente, que tem falhas, próprias, sobretudo num país insular, com dificuldades de comunicação, o que dificulta as respostas, sobretudo, a nível das periferias... Mas eu quero crer que, de uma forma geral, o INPS tem desempenhado o seu papel.

- As pessoas alegam que nos momentos mais críticos a resposta do INPS tarda, havendo quem questione a razão da sua contribuição, já que no momento em que precisa o INPS não está lá para valer-lhe...

- Nós temos é que ter em conta que o INPS é uma instituição que precisa manter a sua sustentabilidade financeira, económica e social. Do ponto de vista social, ele tem dado respostas às pessoas, independentemente das falhas que possam acontecer em qualquer tipo de organização humana. O que acontece nos últimos anos é que tem havido um pouco mais de rigor, porque no passado houve muitos problemas sobretudo no que respeita a fraudes. Esse rigor parte tanto dos responsáveis do INPS, como da própria lei, que tem sido discutida com os parceiros sociais.

- Ainda nessa área, há a questão dos evacuados



**O governo ainda não tomou todas as medidas que tem em vista para atenuar o impacto desses aumentos. Uma das próximas sessões do Conselho de Ministros deve, precisamente, cuidar desta questão. Com essas novas medidas contamos dar respostas muito mais amplas a essa problemática.**

para Portugal, que chegam a viver em condições infra-humanas.

- Apesar disso, nós aumentámos consideravelmente os subsídios de evacuação. E já agora, aproveito para anunciar que o governo já decidiu atribuir ao INPS a gestão dos carenciados que são evacuados. Neste momento, o grande problema com os evacuados não são os atendidos pelo INPS, mas sim os 50% que são carenciados. Esses é que muitas vezes têm tido muitas dificuldades. De uma análise que fizemos há pouco tempo em Portugal com a Embaixada, resultou a decisão dos ministérios da Solidariedade, Finanças e Saúde, com anuência do primeiro-ministro, transferirem a gestão dos carenciados para o INPS. No nosso entender, isso vai melhor consideravelmente o atendimento e resolver um monte de problemas.

- Esta mudança de gestão passa pela actualização da pensão que os evacuados carenciados recebem neste momento?

- Poderemos ir por esse caminho. Mas o problema maior está na gestão, e o primeiro passo para essa melhoria acaba de ser dado.

- Mas também está no valor que essas pessoas recebem.

- Concordo, mas a nossa ideia é analisar e ver as condições que existem para uma eventual subida do montante que as pessoas recebem.

- Quando se liberaliza tudo, o governo não cogita liberalizar o sector da previdência?

- Eu penso que não. Pessoalmente, sou contra. É uma matéria muito melindrosa, que implica o futuro das pessoas. A responsabilização do Estado, aqui, para mim, é extremamente grande. Com isso não quero dizer que a previdência seja exclusiva do Estado, pois tem uma contribuição de 8% dos trabalhadores, e 15% dos empregadores. Sendo o

INPS uma instituição com carácter público, a sua gestão deve caber ao Estado, que deve garantir que o futuro dos trabalhadores não seja ameaçado.

- Mas a minha pergunta abarca uma outra vertente, a possibilidade de privados poderem actuar nessa área.

- Há uma liberalização em Cabo Verde, há seguros de mais diversos tipos. A lei não proíbe as seguradoras de apresentar ofertas no âmbito da actividade seguradora. Mas a previdência obrigatória, defendemos, deve passar pelo INPS.

- Em que pé está, neste momento, a integração dos funcionários municipais no INPS?

- O governo já aprovou a lei, demos um período transitório, de dois anos, para que as CM possam preparar-se e entrar no sistema. Tudo depende neste momento das CM, que têm de proceder à transferência do seguro obrigatório, os 8%.

- Em relação aos funcionários integrados, há reclamações de cidadãos que supostamente deviam estar no sistema mas que, na hora de comprar os seus medicamentos, constataam que os seus nomes não estão na lista. O que passa?

- O problema que ainda se coloca é com pessoas ligadas à Administração Pública por laços familiares. No fundo, não são funcionários e nem descontaram para a previdência social. Esses problemas estão detectados e medidas já foram tomadas, nomeadamente com a criação, com o apoio do NOSI, de uma plataforma que vai permitir uma melhor gestão da base de dados. Tirando isso, não tem havido grandes ou especiais problemas.

- Mas ainda esta semana ouvi um sindicalista, a propósito do dia do professor, a reclamar do problema. O que se passa então?

- Há pessoas cujos nomes podem não estar. No caso dos professores, inicialmente, houve um grupo deles que não descontavam para o INPS os 8% obrigatórios por lei. Mas o problema resolveu-se. Resta, ainda, uma ou outra categoria – por exemplo, guardas florestais, jornalistas – pagos ao longo dos anos através de programas de investimentos, nomeadamente, através das FAIMO ou da agricultura. Desse grupo, com a pensão social (e muitos por causa da idade), no ano passado, entraram na lista, são cerca de 100 pessoas. Mesmo com estes o problema está em vias de ser solucionado. Por isso, de uma forma geral, o sistema tem funcionado sem grandes problemas, o que não quer dizer, repito, que não persista uma ou outra situação.

- Com o aumento do custo de vida, ditado pelo aumento dos combustíveis e outros produtos, a nível internacional, ainda que o primeiro-ministro já tenha anunciado há tempos medidas para atenuar os impactos desses aumentos, o governo não teme o ressurgir de uma grande pressão salarial a nível da função pública?

- O governo ainda não tomou todas as medidas que tem em vista para atenuar o impacto desses aumentos. Uma das próximas sessões do Conselho de Ministros deve, precisamente, cuidar desta questão. Com essas novas medidas contamos dar respostas muito mais amplas a essa problemática.

- Pode neste momento avançar que medidas são essas?

- Neste momento não devo. Penso, no entanto, que são medidas necessárias. Poderão não ser totalmente suficientes, mas não podemos deixar de ter em conta a situação financeira do país. Também não devemos esquecer que muitos dos problemas que estão a surgir estão a ser importados por nós.



# As “viúvas” do poder



JOÃO SILVESTRE ALVARENGA

A 18 de Maio próximo, o eleitorado cabo-verdiano será chamado às urnas para julgar, em consciência, os titulares dos cargos electivos municipais (AM, CM) nos diferentes municípios podendo referendá-los ou trocá-los pelos seus desafiantes que concorrem ao mesmo cargo.

Trata-se de um momento sublime da democracia porque o poder é devolvido aos seus legítimos mandantes para escolherem novos mandatários ou renovar o mandato dos actuais.

Cabo Verde incrementou o seu capital político com a descentralização político-

administrativa para os municípios, com a estabilidade governativa alcançada e com o respeito aos resultados eleitorais obtidos nesse curto período de disputas eleitorais municipais.

É certo que ainda falta enfrentar o desafio da qualificação institucional com equipas técnicas qualificadas, e em quantidade suficiente, em todos os níveis e recursos materiais e financeiros adequados às demandas específicas de cada autarquia.

A possibilidade de alternância de governos constitui uma das vantagens da democracia sobre outros regimes políticos, de um lado, mas também, a renovação de governos bem avaliados representa, por outro lado, um indicador de maturidade política.

Porém, muitos governos quando se instalam no poder carregam junto ou ligam-se a constelações de interesses particularistas (constituídos por empresas, corporações, indivíduos) em detrimento do bem comum. Simplificando: participam ou aceitam a corrupção ou práticas imorais.

A queda de governos povoados por interesses indecorosos implica na “morte” da fonte de recursos que alimentam essas redes de interesses corruptos.

A imprensa brasileira cunhou de

“viúvas” a situação em que estas constelações e redes de interesses menos sérios que cercam e povoam governos vêem-se privados do “abastecimento” pelos seus “provedores” destituídos do governo pelo voto popular, e ficam choramingando pelos cantos.

Infelizmente, muitas “viúvas” do poder perdem um “marido” (provedor) hoje e no dia seguinte estão “casadas” de novo com “maridos” bem mais poderosos ainda!

A democracia, ao assegurar a liberdade de participação (activa e passiva) a todos os cidadãos para o acesso aos diferentes cargos políticos, também abre possibilidades para o acesso directo a esses mesmos cargos a sujeitos de diferentes níveis morais e éticos capazes de participar ou aceitar negócios escusos ao interesse colectivo quando ou se estiverem no poder.

As soluções institucionais propostas (Assembleias, Tribunais de Contas, Ministério Público, Tribunais e outras) para o controlo destes tipos de comportamentos indesejáveis ao interesse colectivo não serão eficazes sem a permanente vigilância dos media, o activismo da sociedade civil e o cuidado dos eleitores em suas escolhas.

joastav@hotmail.com

Lisboa, 9 de Abril de 2008  
Firmo Pinto

## Uma Justa Homenagem

Deixei Cabo Verde no dia 6 de Outubro de 2007, por motivo de força maior com que nunca contava, para fixar residência em Lisboa. É claro que nascido e criado naquele país, é absolutamente natural que o tenha deixado com saudades. Saudades da terra, saudades das minhas irmãs e sobrinhos que lá estão, e saudades de pessoas muito amigas, com as quais sempre me dei bem, havendo uma que vou mencionar - Elsa Fernanda Monteiro Ferreira Santos, minha parente por afinidade, porquanto era prima querida daquela que foi minha mulher, de quem jamais me esquecerei.

Tenho quatro filhos, sendo uma filha em cuja casa resido e que me trata com bastante carinho, e três rapazes que residem muito longe uns dos outros e de mim, por circunstâncias da vida.

Um deles, o que vive mais longe, pois é funcionário público no continente asiático, ofereceu-se para vir estar comigo cerca de 15 dias, acompanhado da família, devendo eu e ele ir até Cabo Verde no próximo mês de Agosto, a fim de ambos matarmos as saudades do nosso torrão natal, e ao mesmo tempo, para a frequência da Laginha a que me referi numa crónica anterior inserta, não só no jornal Mundo Português, como no Expresso das Ilhas. A atitude daquele meu filho calou bem fundo no meu coração, uma vez que, segundo ele, uma viagem para mim até Macau, seria muito cansativa, em vista da minha avançada idade. Entretanto louve a sua boa vontade em se deslocar dum território tão distante, para me vir fazer companhia durante algum tempo. Que Deus continue a iluminá-lo, no sentido de levar avante todos os seus projectos de hoje e futuros.

Gosto imenso de viver em Lisboa, porquanto as pessoas são amáveis e prestáveis, numa forma geral, excluindo determinadas atitudes racistas que se notam, claro está, por parte de gente ignorante. Para mim, todo o racista é ignorante.

Esta pequeníssima crónica é-lhe dedicada, com todo o amor paternal.

Lisboa, 9 de Abril de 2008  
Firmo Pinto

Sexta-feira, 25 de Abril de 2008

Asemana

# POLÍCIA O QUE FAZES?

Sou uma cidadã, trabalhadora que paga os impostos e que gostaria – ou pelo menos ter a sensação – que os responsáveis e encarregados pelo controlo da segurança pública fizessem o mínimo para que nós e os nossos filhos andássemos na rua sem a ameaça constante de sermos assaltados!

O meu filho de 16 anos de idade, há dias saindo da escola por volta das 19 horas foi assaltado por 4 “piratas” tirando-lhe um telemóvel e um ipod. Foi feita queixa na Polícia Judiciária na mesma noite, no dia seguinte de manhã, entregámos o extracto de telefonemas feitos no qual constavam 2 chamadas (1 para fixo e outro para móvel) feitas depois do roubo. Nos dias seguintes contactámos a PJ para saber alguma novidade acerca do caso, tendo obtido sempre a mesma resposta: a pessoa que registou a queixa não está, contacte mais tarde, passe amanhã, etc. Será que

numa instituição do género, não há uma rede de informações, se morre o agente morrem as informações com ele?

Nós mesmos contactamos essas tais pessoas das chamadas feitas depois do roubo e claro que inventam histórias! A PJ até hoje não usou essas informações tão importantes: de certeza seguindo essa pista teriam identificado os culpados!

A minha revolta e angústia por sentir-me desprotegida e ignorada pelos respeitadas e amados Polícias faz-me tornar a criança indefesa que um dia era fora de casa e que cresceu na ilusão de que havia uma sociedade de direito onde justiça e liberdade poderiam ser valores dignos de serem respeitadas sobretudo pelas autoridades judiciais.

São essas “pequenas delinquentes” que criam instabilidade na sociedade e se não forem travadas voltarão grossos problemas, sem falar

na tentativa de defesa pessoal por cada um de nós usando meios impróprios mas que nos podem fazer sentir fortes interiormente, seguros, protegidos, fazendo parte dessa sociedade que cada um faz por si, sobretudo no que toca à questão de segurança!

Não adianta medir os tipos de crimes e proporcioná-los à importância de serem resolvidos! A segurança na estrada é um problema urgentíssimo para ser resolvido! Temos a sorte de viver num meio pequeno, de acesso rápido a todos os cantos e de fácil identificação dos delinquentes: tiremos proveito do que temos disponível e só depois lamentar do que não temos.

Fico com dúvidas se devo ou não ter algo de “valor” comigo! Se for assaltada e não tiver nada comigo corro o risco de ficar nua ou ser espancada! Quem nos vai proteger? Ajude quem poder!

Odete Lima

E-mail: odelim2000@yahoo.com.br

## VIDA NAS ESTRADAS DE CABO VERDE (I)

*Os acidentes rodoviários não são uma fatalidade*

É no sentido de sensibilizar, informar e promover a formação do homem e da mulher cabo-verdianos, acerca da sua segurança e da prevenção de riscos da estrada, que todos nós devemos mobilizar e agir perante os problemas, ajudando a reduzir o número de acidentes de viação no nosso país.

Conduzir correctamente é, antes de tudo, uma questão de prática, que permite dominar tecnicamente a viatura, disponibilizando a atenção do condutor para as condições de tráfego, de modo a poder adoptar, ao momento exacto a atitude mais conveniente.

A condução correcta depende também do carácter, auto-controlo, espírito de observação, rapidez de raciocínio, inteligência e educação do condutor.

Depende ainda da sua capacidade de analisar com um sentido útil de autocrítica, as condições que deparem em cada momento da actividade que desenvolve, objectivando a melhoria das suas aptidões.

Facilmente se entende, pois, que a educação Rodoviária deve ganhar um lugar pleno, no âmbito geral da educação nas escolas e deve ser permanente. Se quiser que cada cidadão assuma a sua segurança e a dos outros.

Factores que levam a uma diminuição de acidentes de viação: o aumento da qualidade do automóvel, o melhoramento das estradas, sinalização (dos pontos negros), melhor fiscalização do trânsito.

ANTERO CRUZ - Instrutor-auto e ex-perito da Companhia de Seguros Garantia - Porto Novo

Carta do Leitor

## Conservador de Santa Catarina morreu de derrame cerebral

A morte do conservador de Santa Catarina, Gustavo Cordeiro Dias de Sousa, na passada quarta-feira, 16, foi causada por uma hemorragia intra-craniana, ou seja, derrame cerebral, indicou a autópsia.

Gustavo de Sousa, "*Cordeiro Dias*" como era mais conhecido, de 55 anos, morreu na sua residência, no Tarrafal de Santiago. Com os resultados dos exames médicos agora revelados, afasta-se a hipótese da sua morte ter sido induzida - como as autoridades chegaram a presumir e alguns meios de comunicação chegaram a informar.

Segundo fontes médicas deste periódico, a hipertensão poderá ter provocado o derrame cerebral que levou à morte do conservador. Tanto mais que ele teria sido assistido anteriormente, devido a problemas relacionados com tensão arterial.

Gustavo de Sousa, que era também irmão do inspector-geral das Finanças, José Mário Sousa, trabalhou vários anos na Conservatória dos Registos de Santa Catarina como conservador e deixa mulher e filhos.

Edgar Jorge

## Professor de Santo Antão suicidou-se

José João Fatuda, professor do Liceu "*Suzete Delgado*", pôs termo à própria vida, nas vésperas do dia nacional do docente. A tragédia aconteceu num pequeno aqueduto da estrada que liga Ribeira Grande ao Paul, na zona de Pedra Grande, situada entre Boca de Pinhão e Mão-para-Trás. O corpo foi encontrado por familiares pelas 11 horas desta segunda-feira.

Segundo os dados da Polícia Nacional, existem evidências para se concluir que se trata de um suicídio. O disparo partiu de uma pistola de marca "*Star*" de calibre 6,37, de fabrico espanhol.

Um familiar próximo do malgrado disse ao A Semana que ele saiu de casa por volta das 19 horas do dia 20 e até à manhã do dia 21 ninguém o tinha avistado. Preocupados porque o José João Fatuda não era homem de se ausentar sem informar o destino, os familiares iniciaram uma busca nos arredores. Nesse meio tempo, a esposa do professor encontrou uma carta escrita por ele antes de deixar a casa e o conteúdo da mesma terá alertado todos para o desfecho trágico.

Após uma busca intensa pela vila da Ribeira Grande, os familiares e amigos encontraram o corpo do malgrado pelas 11 horas da manhã desta segunda-feira, num pequeno aqueduto da estrada que liga Ribeira Grande ao Paul, mais precisamente na zona de Pedra Grande, situada entre Boca de Pinhão e Mão-para-Trás.

José Fatuda tinha 41 anos, 20 dos quais dedicados à carreira de docente. Passou pela alfabetização, professorou no ensino básico integrado e neste ano lectivo estava a leccionar a disciplina de português no Liceu Suzete Delgado, após concluir uma formação superior em São Vicente. Foi também deputado na Assembleia Municipal da Ribeira Grande onde exerceu a função de secretário de mesa.

Dezenas de alunos, professores e alguns políticos acompanharam, no início da tarde de terça-feira, o enterro daquele homem que dedicou ainda parte da sua vida ao associativismo e às actividades lúdicas.

Os familiares decidiram não revelar o conteúdo da carta que José João Fatuda escreveu momentos antes de pôr termo à própria vida.

Manuel Nascimento



Evadido da esquadra de Santa Cruz

## Prisioneiro continua a monte

Pedro Tavares Ribeiro, acusado de ser co-autor de um homicídio ocorrido no ano passado na vila de Pedra Badejo, encontra-se a monte depois de se ter evadido da esquadra de Santa Cruz, concelho do interior de Santiago, no dia 16 de Março. O foragido escapou das mãos das autoridades policiais quando três dos quatro elementos que controlavam a área prisional foram chamados para uma diligência.

Pedro Tavares Ribeiro - 21 anos e pedreiro de profissão -, é, a par de José Maria Tavares, arguido num processo no qual é acusado de ter assassinado Juvelina Tavares no ano passado. O pedreiro entretanto fugiu da esquadra de Santa Cruz e encontra-se em parte incerta depois de ele o seu parceiro terem sido julgados em Dezembro último. Curiosamente a sua sentença deveria ser proferida agora em Abril.

De acordo com o comandante-adjunto da PN de Santa Cruz, Alcides Gomes, terá facilitado a fuga daquele arguido o facto de três dos quatro agentes de serviço no local terem sido chamados de urgência para uma diligência nos arredores daquele concelho. Tendo ficado apenas um elemento no posto, ao fugitivo bastou controlar os movimentos do seu guarda, sair na descontrada e zarpar do local como se fosse fazer compras.

"*Ele aproveitou-se da situação e fugiu. O policial que estava de vigia deu conta da fuga momento depois, ainda tentou persegui-lo mas não foi a tempo porque o fugitivo já estava longe*", relata o comandante-adjunto. "*Oito elementos da PN estiveram um dia à caça do foragido sem qualquer êxito*", explica Gomes, que garante que a PN não vai descansar enquanto não achar o preso que escapuliu da prisão sob a sua guarda.

Há quatro anos naquela esquadra, o comandante-adjunto confessa, não ser este o primeiro caso em que um prisioneiro se evade daquele estabelecimento. E se nos dois casos anteriores os fugitivos foram recapturados e reconduzidos à prisão no dia seguinte oxalá esta terceira vez não seja de vez, para confirmar o ditado popular. Pois, o que muita gente não entende é porque um preso acusado de assassinato é deixado numa cadeia sem segurança e de onde, admite o comandante da PN de Santa Cruz, já fugiram mais presos. "*Deixaram-lhe fugir, talvez para voltar a matar*", dizem os familiares e amigos de Juvelina Santos.

Quanto ao cúmplice do foragido, Alcides Gomes

assegura que o mesmo continua preso "*sob fortes medidas de segurança*".

O caso da morte de Juvelina Oliveira, que abalou Santa Cruz, aconteceu em Janeiro do ano passado quando dois encapuzados que, mais tarde, se veio a saber serem Pedro Ribeiro e José Maria Sanches, mataram a referida cidadã depois de lhe terem desferido várias facadas. Conforme o apurado, tudo se deveu a um desentendimento entre os três por causa de uma ligação clandestina de electricidade efectuada pelos dois arguidos.

Segundo os autos a que A Semana teve acesso, os dois indivíduos teriam esperado pela vítima num beco, por onde sabiam que a mesma passaria, e de imediato Pedro levantou a faca que tinha na mão e desferiu o primeiro golpe. Ela ainda conseguiu correr em direcção a casa, mas deixou cair as chaves quando tentava abrir a porta e os criminosos agarraram-na e puseram termo à sua vida com várias facadas.

Ainda segundo os autos, a visada teria reconhecido os supostos assassinos chamando-os pelo nome, pedindo-lhes para que não a matassem. O documento sublinha que a morte de Juvelina se deveu exclusivamente à conduta criminosa dos dois jovens. Aliás, antes de porem termo à vida da malgrado, os arguidos já tinham tentado agredir a vítima numa outra ocasião.

"*Quiseram os arguidos, através da conjugação de esforços, designios conjuntos e um plano previamente concertado e aceite entre si, ofender da forma descrita, com o intuito de ceifar a vida dela, algo que conseguiram*", considera o tribunal de Santa Cruz, acrescentando que os dois indivíduos "*determinaram-se de forma livre, deliberada e consciente, embora soubessem que tais condutas constituíam crime*".

O acto dos dois jovens foi decretado pelo Tribunal de Santa Cruz como um crime de homicídio agravado, pelos meios utilizados, os motivos que os levaram a cometer o crime. Eles são ainda acusados pelo crime de posse de armas proibidas, previstos e puníveis pelos artigos 123 b) e c) bem como o 294 n.º 1 do Código Penal.

Em face disso, o tribunal impôs aos acusados do assassinio pagar uma indemnização aos filhos da vítima que estavam sob a sua guarda e os seus cuidados numa quantia nunca inferior a 3 milhões de escudos.

Edgar Jorge

## Desconhecidos assaltam loja da Nokia na Praia

Loja que representa oficialmente a marca de telemóveis Nokia, na cidade da Praia, recebeu nas primeiras horas de segunda-feira, 21, um assalto à mão armada. Dois indivíduos não identificados e empunhando facas e pistolas assaltaram aquele estabelecimento comercial sito no Palmarejo tendo roubado aparelhos celulares de último grito.

De acordo com testemunhos, confirmados pela Polícia Nacional (PN), os ladrões só levaram dois telemóveis, mas ambos de preço elevadíssimo: um no valor de 80 mil escudos e outro de 55. Segundo as testemunhas que presenciaram o assalto, os dois indivíduos entraram na loja fazendo-se passar por clientes. E depois que identificaram o seu

alvo declararam o assalto ameaçando as trabalhadoras com uma faca e uma pistola.

Os meliantes puseram-se em fuga logo depois de lograrem os seus intentos, sem efectuar qualquer disparo no local. Um segurança que se encontrava de serviço nas proximidades da loja assaltada identificou-os como rapazes que costumam circular nas redondezas.

"*Da forma como efectuaram o assalto deu para perceber que são amadores, "pois" nem sequer tiveram o cuidado de verificar se podiam sair do local de forma discreta: saíram a correr, sem rumo nem direcção*", relata uma testemunha.

Segundo uma fonte da Polícia Judiciária,

pelo móbil do crime tratar-se-á da mesma dupla que recentemente efectuou um assalto num Ciber Café nas imediações do restaurante A Bolha, na Achada Santo António (ASA) de onde levaram telemóveis e aparelhos MP4. A PJ supõe também que o mesmo grupo pertence à quadrilha que assaltou, no mesmo período uma outra loja em Tira Chapéu, situada perto arredores da igreja. Os assaltantes levaram cerca de 20 pares de sapatinhas de marca, provenientes dos EUA.

"*Estamos a efectuar todos os procedimentos*" investigação criminal "*com vista a apurarmos este caso. Ainda não podemos avançar mais pormenores*", disse a nossa fonte.

Este tipo de crime, que é descrito pelas autoridades policiais como o reflexo do desenvolvimento da capital, já começa a suscitar alguma preocupação à polícia, confidenciou a nossa fonte.

Já a PN diz ter detido, como suspeito neste caso do assalto à loja da Nokia, um jovem conhecido nos meandros do crime por "*Barbano*". A detenção resulta da cooperação entre a PN e a Brigada de Investigação Criminal, da esquadra de Eugénio Lima.

A Semana tentou, entretanto, contactar o proprietário da loja que reside na Ilha do Sal. Até ao fecho desta edição, as actividades tinham sido canceladas e o estabelecimento encontrava-se igualmente encerrado. EJ

# Menor vítima de agressão sexual

Cabo Verde, em particular a ilha do Fogo, tem vindo a registar vários casos de abuso ou agressão sexual em que as vítimas são adolescentes e mesmo crianças. Na ilha do vulcão, estes casos acontecem com alguma frequência. Só no último mês houve três casos de violência sexual, um deles a bordo de um navio que se dirigia para Praia.

Uma menina, de 13 anos, residente em Achada Furna (Santa Catarina, Fogo) foi vítima de abuso sexual na última semana de Março, quando fazia o percurso, via marítima, Fogo-Praia. O alegado autor do crime já esteve preso por violação e agressão sexual a uma menor. O caso está agora sob a alçada da justiça.

O alegado abuso sexual aconteceu durante um dos momentos conturbados da viagem marítima, quando o agressor ofereceu à menina uma melhor acomodação, que ela aceitou sem fazer ideia de que iria ser vítima de agressão sexual.

A vítima diz que não conhecia o agressor, de nome Adilson e residente em Cabeça Monte. Nunca o tinha visto mas naquele momento da viagem confiou nele e seguiu para o camarote onde havia melhores condições. Quando pegou no sono o agressor atacou-a. À pergunta sobre se resistiu, se gritou, ela responde que lutou com todas as suas forças contra as investidas do "tarado", mas depois não gritou por medo de que ele pudesse atirá-la ao mar já que acredita que quem viola uma menor pode também fazer outros crimes, até matá-la.

E, mesmo depois da adolescente contar o que passou aos familiares, que apresentaram queixa em tribunal, o agressor continua a assediá-la no Liceu Teixeira de Sousa, em São Filipe, prometendo-lhe mundos e fundos. Diz que vai proporcionar-lhe um futuro melhor e diz-lhe que podem morar juntos se os familiares dela optarem por retirar o caso que está no tribunal.

Conforme o depoimento da vítima, ela passa por momentos difíceis, já que se encontra traumatizada, com vergonha das colegas e amigas com quem se encontra todos os dias na escola. Entretanto, nem a vítima nem familiares estão a ser

acompanhados por um psicólogo. Aliás, é a própria vítima que afirma que vai ficar com sequelas para o resto da sua vida e, por isso, pede medidas severas contra o agressor. A vítima de abuso sexual, em especial se em processo de crescimento, desenvolve uma perda violenta da auto-estima, tem a sensação de que não vale nada e adquire uma representação anormal da sexualidade.

O caso já foi entregue ao Ministério Público. Um tio da vítima quer levar o processo até ao fim. Mas reclama da morosidade da justiça já que o agressor continua a circular livremente e sem qualquer caução.

O familiar da jovem diz acreditar na justiça, mas perante uma agressão sexual, seja com a sobrinha, seja com qualquer um, devem ser tomadas medidas severas e em tempo oportuno com o agressor. Acrescenta ainda que não entende por que razão a vítima não está a ser acompanhada por especialistas.

Os familiares dizem-se ainda preocupados pelo facto de o acto ter sido cometido sem preservativo, representando um risco de infecção de doenças sexualmente transmissíveis.

Segundo fontes judiciais próximas deste semanário, o tempo que os familiares e a vítima demoram em denunciar os casos ao Ministério Público leva à não detenção imediata do agressor. É que, neste caso, a vítima só contou a violação aos familiares uma semana após o sucedido. Pelo facto do agressor sexual ter já ficha – e num caso também de violação – foi preso e libertado recentemente.

No Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) a delegada, Paula Silva, refere que a vítima está a ser acompanhada psicologicamente. A mesma fonte apela aos pais a abrirem-



se mais ao tema sexualidade. Segundo aquela responsável, a vítima está emocionalmente estável e consciente de tudo por que passou.

Paula Silva acredita que tudo isso aconteceu porque a filha não encontrou junto dos pais a abertura para falar do tema. Aconselha ainda os pais a não deixar os filhos viajarem sozinhos ou acompanhados com outra menor. Neste caso, a vítima viajava acompanhada por uma tia, as duas com praticamente a mesma idade.

Para a responsável do ICCA em São Filipe, têm acontecido na ilha vários casos de abuso sexual, mas na maior parte da vezes tal acontece com consentimento

da menor ou por negligência dos pais. O ICCA tem feito sensibilização junto dos familiares, e segue toda a investigação para ter a certeza que o agressor é punido.

Seja qual for o número de abusos sexuais contra crianças retidos pelas estatísticas, sejam eles os milhares que forem, devemos ter em mente que, de facto, esse número pode ser bem maior. A grande maioria dos casos não são reportados porque os menores têm medo de dizer a alguém o que se passou com eles. E o dano emocional e psicológico, a longo prazo, decorrente dessas experiências pode ser devastador.

NMC

Sexta-feira, 25 de Abril de 2008

Asemana

## Piroga encontrada à deriva em São Nicolau

Uma semana após a descoberta de uma piroga à deriva na ilha de S. Nicolau, a Polícia Nacional continua sem saber se os passageiros transportados nessa embarcação conseguiram ou não desembarcar em solo cabo-verdiano. Segundo Júlio Melício, a PN accionou o alerta mas, até esta data, não descobriu nada de suspeito nas ilhas de S. Nicolau e do Sal.

"Pelos dados disponíveis até ao momento, ainda não temos nenhuma evidência de que houve qualquer tipo de desembarque clandestino em Cabo Verde. S. Nicolau e Sal são duas ilhas pequenas, se isso tivesse acontecido já saberíamos alguma coisa", explica o Director do Serviço de Fronteiras da PN.

Essa opinião é corroborada por Leandro Fortes, chefe da Esquadra Policial da Ribeira Brava. Segundo Fortes, o sítio onde a canoa foi avistada tem poucas casas e escassa vegetação, para os clandestinos se esconderem.



PN continua à procura dos passageiros

Além do mais, acrescenta que a embarcação foi encontrada sem ninguém a bordo.

Perante este vazio, Melício diz acreditar na eventualidade dos passageiros terem feito um transbordo em alto mar para um navio

de maior porte e abandonado a piroga, já nas águas de Cabo Verde. Como diz, a embarcação dispunha ainda de 250 litros de gasolina a bordo, o que atira por terra a tese de naufrágio. Sublinha ainda que nenhum cadáver foi

encontrado dentro da canoa de 13 metros ou nas encostas da ilha.

"Essa embarcação poderia transportar até 60 pessoas. Não foi encontrado ninguém a bordo, sinal de que abandonaram a piroga ainda com vida", explica Júlio Melício. Mesmo assim, assegura, a PN vai continuar alerta, em S. Nicolau, para o caso de surgirem dados novos.

Segundo Leandro Fortes, a piroga foi avistada à deriva pelos lados de Juncalinho, por moradores dessa localidade. A canoa, sem nome inscrito no casco, seguiu o seu rumo em direcção à terra até se aproximar de um ponto conhecido por Solte, onde foi resgatada. No seu interior foram encontradas algumas peças de roupa e recipientes de plástico com combustível armazenado. Esta, segundo Fortes, não é a primeira vez que embarcações do género surgem, de repente, em S. Nicolau. KzB

Social